
Analysis of the Ideb in relation to the socio-economic reality of the south-central region of Mato Grosso - Brazil

Análise do Ideb frente à realidade socioeconômica da região centro-sul do Mato Grosso - Brasil

Received: 2023-09-03 | Accepted: 2023-10-05 | Published: 2023-10-11

Marina Garcia Lara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6273-2010>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: marina.lara@unioeste.br

Lilian Cristiane Moreal dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1044-963X>
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil
E-mail: lmoreal@gmail.com

Ana Karoline Machado

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7384-9201>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: akm.machado@gmail.com

Ana Lucia Dourado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9718-4808>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: anadourado_96@hotmail.com

Camilla Casotti Poisk

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7095-2521>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: camilla.poisk@unioeste.br

Juliana Almeida Matos

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0288-6164>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
E-mail: juliana.matos@unioeste.br

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between the Basic Education Development Index (Ideb) and the Municipal Human Development Index (IDHM) in the center-south region of the state of Mato Grosso, Brazil. The IDHM is used to measure the population's quality of life, taking into account indicators such as life expectancy, education and income. The Ideb is used to assess the quality of education in Brazilian schools. The research involves 17 municipalities in the central-south region, and the analyses are carried out using descriptive statistics and correlations, using the Statistical Package for the Social Science (SPSS) program, as well as document analysis. The results show that performance in the Ideb has moderate correlations with the education and general indicators of the IDHM, and that privately-run schools have higher averages in the Ideb compared to public schools. These findings underscore the complexity of the issue of educational quality, which is influenced by socio-economic and institutional factors, and highlight the importance of comprehensive analyses to understand the educational scenario in different regions.

Keywords: Ideb; IDHM; Mato Grosso; Socioeconomic Profile; Quality of Education.

RESUMO

Este estudo analisa a relação entre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na região Centro-Sul do estado de Mato Grosso, Brasil. O IDHM é utilizado para medir a qualidade de vida da população, considerando indicadores como expectativa de vida, educação e renda. O Ideb é utilizado para avaliar a qualidade da educação nas escolas brasileiras. A pesquisa envolve 17 municípios da região Centro-Sul, e as análises são realizadas através de estatísticas descritivas e correlações, fazendo uso do programa estatístico *Statistical Package for the Social Science (SPSS)*, além da análise documental. Os resultados mostram que o desempenho no Ideb possui correlações moderadas com os indicadores educação e computo geral do IDHM, e que escolas de administração privada apresentam médias maiores no Ideb em comparação com escolas públicas. Essas descobertas ressaltam a complexidade da questão da qualidade da educação, a qual é influenciada por fatores socioeconômicos e institucionais, e destacam a importância de análises abrangentes para a compreensão do cenário educacional em diferentes regiões.

Palavras-chave: Ideb; IDHM; Mato Grosso; Perfil Socioeconômico; Qualidade da Educação.

INTRODUÇÃO

Mato Grosso é o terceiro Estado em dimensão territorial do Brasil, possuindo 903.207,047 km² de área territorial, o equivalente à 10,61% da área total do País. Além de sua grandeza, o Estado também é nacionalmente conhecido por ser o maior produtor de grãos do país. Neste estudo, analisaremos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), bem como sua relação com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado para retratar a realidade da qualidade de vida de uma determinada população. O indicador serve como instrumento de monitoramento do desenvolvimento humano e é um recurso imprescindível para a análise das políticas sociais no Brasil (Jannuzzi; Barreto; Sousa, 2014). A análise desse indicador sugere um retrato mais próximo da realidade vivida, possibilitando o desenvolvimento de políticas públicas adequadas ao contexto. O cálculo do índice é composto a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e produto interno bruto (PIB) per capita (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2012). O IDH da capital mato-grossense é 0,785, posicionando-se na liderança do *ranking* do Estado, seguido pelos municípios de Lucas do Rio Verde (0,768) e de Nova Mutum (0,758).

Dentre os 141 (cento e quarenta e um) municípios do Estado de Mato Grosso, Cuiabá também lidera o *ranking* do Produto Interno Bruto (PIB), que analisa somente o destaque do desenvolvimento econômico (BOTLER *et al.*, 2014). Com o objetivo de avaliar o desenvolvimento humano no município, trazemos para esta pesquisa, os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), criado em 1998, que considera os números do Censo do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Esses resultados estão disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano e são realizados a cada 10 anos. Segundo o PNUD, o

IDHM é “uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano¹” (PNUD, 2012).

A QUESTÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A educação foi considerada como um dos primeiros direitos sociais (art. 6º, da Constituição da República Federativa de 1988). Além disso, a Carta Magna assegura, como um de seus princípios básicos, a oferta de educação pública gratuita para todos (art. 206, inc. IV) e garante uma educação de qualidade (art. 206, inc. VII). Em torno desses pressupostos, compreende-se que a qualidade da educação brasileira emerge como tema central de diversos debates e exige uma análise crítica e sistêmica. Trata-se, portanto, de investigá-la em suas dimensões política, ideológica, econômica e social.

Considerando a polissemia e o dinamismo histórico do conceito de qualidade, considera-se fundamental abordar e compreender algumas das principais perspectivas que surgem neste campo e que fundamentam os estudos, práticas e políticas educacionais vigentes.

Segundo a Unesco (2003), a Qualidade da Educação é concebida a partir da interação entre recursos materiais e humanos, bem como dos processos que ocorrem na escola e na sala de aula, incluindo os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem em relação aos alunos, entre outros aspectos relevantes. Além disso, enfatiza que a qualidade pode ser avaliada pelos resultados educacionais, refletidos pelo desempenho dos alunos.

Dourado e Oliveira (2009) entendem que examinar a qualidade da educação exige considerar dimensões extra e intraescolares, observando os diferentes atores envolvidos no contexto escolar, nos processos de ensino-aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos.

Perspectivas como as elaboradas por Flach (2012) e Silva (2009) sugerem outros elementos para esse debate. Silva (2009), compreende o conceito de qualidade como uma ferramenta mercantil, construída na relação entre negociantes e consumidores, de acordo com circunstâncias econômicas e sociais específicas, cujo objetivo é estabelecer:

[...] parâmetros de utilidade, praticidade e comparabilidade, utilizando medidas e níveis mensuráveis, padrões, *rankings*, testes comparativos, hierarquização e standardização próprias do âmbito mercantil. De acordo com esta perspectiva, a qualidade de um produto, objeto, artefato ou coisa pode ser aferida com o

¹ As faixas de desenvolvimento humano estão divididas em: muito baixo (entre 0,0 e 0,499), baixo (entre 0,500 e 0,599), médio (entre 0,600 e 0,699), alto (entre 0,700 e 0,799) e muito alto (entre 0,800 e 1,00).

uso de tabelas, gráficos, opiniões, medidas e regras previamente estabelecidas. (Silva, 2009, p. 219).

A partir dos anos 90, nota-se, no Brasil, uma enfática transferência dos preceitos mercantis de qualidade para a elaboração e a gestão das políticas sociais e educacionais – sobretudo no que diz respeito à gestão da escola pública. Para Silva (2009), tal processo indica o alinhamento do discurso sobre a Qualidade da Educação às táticas gerenciais de administração do Estado, inauguradas no país em decorrência da *Reforma do Estado*, empreendida durante o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998). Exemplos dessa adequação são a participação de técnicos e intelectuais de organismos internacionais e de organizações privadas brasileiras, alinhadas ao capital financeiro, na elaboração de políticas educacionais. Neste contexto, a adoção de avaliações quantitativistas, como as chamadas avaliações em larga escala², passa a ser entendida como a principal estratégia capaz de aferir a eficiência e a eficácia da educação.

Na contramão das táticas gerenciais e do discurso hegemônico sobre a Qualidade da Educação, Flach (2012) e Silva (2009) aconselham a adoção da concepção de *Qualidade Social da Educação*. Tal perspectiva é fruto dos embates sociopolíticos vividos no processo de redemocratização do país, na década de 80, e compreende a educação como um instrumento capaz de emancipar os indivíduos, tornando-os sujeitos ativos e comprometidos com a transformação social (Flach, 2012). Deste modo, as práticas e políticas educacionais alinham-se à defesa radical da cidadania, da inclusão e da justiça social, uma vez que:

A qualidade social da educação escolar não se ajusta, portanto, aos limites, tabelas, estatísticas e fórmulas numéricas que possam medir um resultado de processos tão complexos e subjetivos, como advogam alguns setores empresariais, que esperam da escola a mera formação de trabalhadores e de consumidores para os seus produtos. A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca por compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltado para o bem-comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas. (Silva, 2009, p. 225).

² As avaliações em larga escala, como é o caso da Avaliação de Rendimento Escolar (Prova Brasil), são testes padronizados, aplicados em escala nacional ou internacional, que objetivam a produção de índices de desempenho escolar e educacional, observando a sua coerência com as metas de aprendizagem estabelecidas por órgãos governamentais ou organismos multilaterais. Tais avaliações têm sido entendidas pela gestão pública como um “instrumento técnico a conferir credibilidade e legalidade às medidas de caráter administrativo e políticos promovidas pela alta burocracia estatal” (Dias Sobrinho, 2002, p. 40).

É possível dizer, desse modo, que no âmbito intraescolar, a Qualidade Social da Educação se concretizaria, principalmente, a partir da garantia de uma gestão escolar e educacional democrática, “seja por meio de conselhos escolares atuantes, eleições democráticas para dirigentes escolares” (Flach, 2012), pela valorização dos trabalhadores da educação, “por intermédio da garantia de condições dignas de trabalho, formação (inicial e continuada), carreira e remuneração [...]” (*Ibid*, p.22), seja pelo emprego responsável e adequado de recursos financeiros, humanos e técnicos. Enquanto na esfera extraescolar, sua realização efetiva dependeria de reestruturações mais amplas e profundas da sociedade, visando a redistribuição da riqueza e dos bens culturais socialmente produzidos (Silva, 2009).

Apesar dos tensionamentos promovidos pelas perspectivas que intentam desvincular a concepção de Qualidade da Educação das escalas de proficiência dos testes e ranqueamentos em larga escala, a concepção hegemônica a orientar a elaboração das políticas educacionais vigentes no Brasil permanece em plena concordância com o gerencialismo e, portanto, com uma concepção de Qualidade Neoliberal da Educação, consonante às orientações dos organismos multilaterais internacionais, como a Unesco e o Banco Mundial. O protagonismo das concepções elaboradas por esses organismos se justifica, sobretudo, pelo constante ajustamento da gestão do Estado aos pressupostos neoliberais, cujo objetivo é regular as esferas política, econômica e social por meio das leis do mercado; e, ainda, pelas possíveis concessões de empréstimos para o financiamento de programas e gastos públicos. Neste sentido, atingir os indicadores de qualidade da educação propostos por essas instituições, significa atrair investimentos do capital estrangeiro para o país e, ao fazê-lo, é possível considerar que “a educação não é mais um direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil” (Frigotto, 2011, p.204).

O IDEB COMO INSTRUMENTO DE AFERIÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O mais importante instrumento de aferição da qualidade nas escolas é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Ideb. O indicador foi introduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no ano de 2006 a partir do Decreto nº 6.094:

Art. 3º - A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, Prova Brasil (BRASIL, 2007).

Para Saviani (2008), algumas características importantes precisam ser evidenciadas, uma vez que:

O que confere caráter diferenciado ao IDEB é a tentativa de agir sobre o problema da qualidade do ensino ministrado nas escolas de educação básica, buscando resolvê-lo. E isso veio ao encontro dos clamores da sociedade diante do fraco desempenho das escolas à luz dos indicadores nacionais e internacionais do rendimento dos alunos (Saviani, 2008, p. 11).

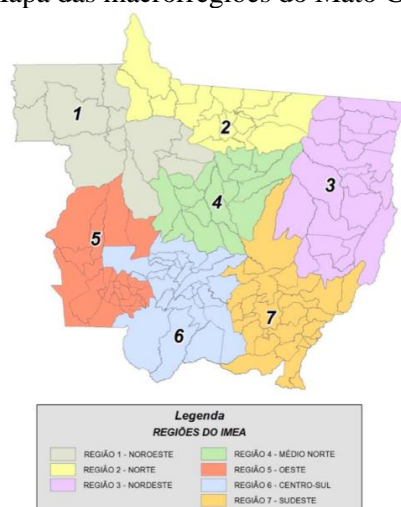
O Ideb é um indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007). Esse indicador é o resultado de outros dois números, sendo um referente ao desempenho dos alunos na Prova Brasil e outro de rendimento, obtido através do Censo Escolar. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) estabelece que, em 2022, o IDEB do Brasil seja 6,0, indicador de referência de países desenvolvidos (BRASIL, 2013).

Enquanto indicador, o IDEB é importante para demonstrar as fragilidades nas escolas, principalmente no que se refere ao fluxo e desempenho escolar, porém, é insuficiente para medir a qualidade de educação (Chirinéa; Brandão, 2015). Neste sentido, é preciso analisar outros dados subjacentes para contextualização. Segundo Soares (2011), o indicador “sem questionar a necessidade de novos recursos e expansões, coloca o aprendizado e a regularidade na trajetória escolar dos alunos como elementos essenciais de um sistema educacional” (p. 904).

Os dados do Ideb utilizados neste trabalho são referentes ao ano de 2017, enquanto os dados do IDHM são os últimos disponíveis na plataforma Atlas, sendo do ano de 2010. O objetivo desta pesquisa é, portanto, associar os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) à realidade encontrada no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios. Além disso, busca interpretar os dados do Ideb a partir dos dados da Prova Brasil e SAEB dos municípios da região Centro-Sul de Mato Grosso. Com isso, será descrita a realidade dos municípios a partir do IDHM, demonstrando sua correlação com os dados do Ideb.

METODOLOGIA

Consideramos a divisão do Estado em macrorregiões feitas pelo do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), que considera o limite dos municípios, polo econômico e sistema de produção como critérios para a seleção. A macrorregião escolhida como objeto desta investigação é a Centro-Sul (6), conforme mapa a seguir, elaborado pelo instituto:

Figura 1: Mapa das macrorregiões do Mato Grosso

Fonte: IMEA

A Região Centro Sul do Estado, delimitada pela cor azul no mapa acima, é composta por 23 municípios. Entretanto, consideraremos na pesquisa apenas os municípios cujas escolas participaram das avaliações do Ideb no ano de 2017. A lista com a seleção dos municípios investigados é demonstrada a seguir:

Tabela 1: Lista de municípios selecionados para estudo

Cidades	População	Área (Km ²)	PIB	Ranking PIB	IDHM
Acorizal	5.269	840,59	71.727,17	121°	0,628
Barra do Bugres	33.644	6060,20	1.308.781,63	18°	0,693
Cáceres	91.271	24351,41	1.816.006,27	14°	0,708
Cuiabá	590.118	3495,42	23.301.195,04	1°	0,785
Denise	9.115	1307,19	474.850,40	57°	0,683
Diamantino	21.294	8230,10	1.957.069,77	13°	0,718
Jangada	7.996	1018,49	264.659,17	80°	0,630
Nobres	14.917	3892,06	526.628,85	51°	0,699
Nossa Senhora do Livramento	12.484	5076,78	256.168,98	81°	0,638
Nova Marilândia	3.159	1939,80	161.416,89	99°	0,704
Nova Olímpia	19.465	1,549,82	682.333,71	41°	0,682
Poconé	32.241	17270,99	502.909,74	53°	0,652
Rosário Oeste	16.908	7475,56	282.529,49	77°	0,650
Santo Afonso	3.050	1174,18	67.840,39	126°	0,689
Santo Antônio do Leverger	18.392	12261,29	482.670,03	56°	0,656
Tangará da Serra	98.828	11323,65	3.014.931,04	8°	0,729
Várzea Grande	274.013	1048,21	7.892.653,55	3°	0,724

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

A região Centro Sul engloba o município de Cuiabá, que é a capital do estado. Em termos geográficos, Mato Grosso é o terceiro estado em dimensão territorial do Brasil e integra a região Centro-Oeste, já em termos econômico, o estado também pertence à Amazônia Legal³. A capital possui uma área territorial⁴ de 5.077,181 km² com uma população⁵ estimada de 623.614 pessoas segundo dados do IBGE (BRASIL, 2020). A cidade possui uma grande importância para o estado em termos de geração de energia, pois abastece outros municípios a partir da termelétrica movida a gás natural, a Usina Termelétrica de Cuiabá.

Como este estudo teve como objetivo analisar a correlação entre o perfil socioeconômico da comunidade educativa e o desempenho dela no IDEB, ela é caracterizada como um estudo descritivo. Este tipo de pesquisa tem sua “premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas melhoradas por meio da observação, análise e descrição objetivas e completas (THOMAS e NELSON, 2002, p. 280). Além disso, visa descrever características de uma população, amostra, contexto ou fenômeno a partir de uma abordagem quantitativa, que se refere à identificação e comparação dos índices do IDEB e do IDHM de cada município. Dessa forma, existe neste caso, a intenção de valorizar as análises quantitativas considerando aspectos de ordem social, política e econômica.

INSTRUMENTO, PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, para obtenção das informações, foram utilizados dados do Censo Escolar de 2017 do site do Inep, referentes ao segmento do ensino médio das escolas das redes pública e privada da região Centro-Sul do Mato Grosso. Os dados do IDHM de cada município foram obtidos a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A partir da base de dados do Inep, o enfoque foi dado às escolas públicas e privadas do Estado de Mato Grosso que ofertam a etapa da educação básica do Ensino Médio, sendo 47 escolas. Posteriormente, foram selecionados os municípios da região Centro-Sul do Estado a partir da divisão feita pelo Imea, totalizando 23. A população final do estudo é de 47 escolas⁶, referentes à 17 municípios, assim distribuídas: Acorizal (01); Barra do Bugres (02); Cáceres (3); Cuiabá (18); Denise (1); Diamantino (01); Jangada (02); Nobres (01); Nossa Senhora do

³ Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o termo Amazônia Legal refere-se à uma área que corresponde a 59% do território brasileiro, englobando a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão.

⁴ Área territorial brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

⁵ IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020.

⁶ Foram excluídas do estudo as escolas que não realizaram o SAEB.

Livramento (01); Nova Marilândia (01); Nova Olímpia (03); Poconé (01); Rosário Oeste (01); Santo Afonso (01); Santo Antônio do Leverger (01); Tangará da Serra (04); Várzea Grande (5).

A pesquisa documental considerou como fonte primária os registros previamente obtidos no Inep, Censo Escolar, IBGE e SEPLAG. Posteriormente, as informações foram quantificadas e analisadas por meio de estatística descritiva, análise de correlação e análise de grupo. Para Upton e Cook (2014), a estatística é uma disciplina que se dedica à coleta, organização e análise de dados numéricos, seguida de interpretação e apresentação dos resultados, a fim de aplicá-los em contextos científicos ou sociais - como é o caso do presente estudo. Em outras palavras, a estatística é um método matemático utilizado para interpretar as informações relevantes extraídas de dados coletados (La Trobe, 2020). Considerado uma das ferramentas estatísticas mais importantes e influentes para análise quantitativa de dados (RAHMAN; MUKTADIR, 2021), o programa estatístico *Statistical Package for the Social Science (SPSS)* foi utilizado em nossa análise inicial, para verificar se houve distribuição normal nas variáveis a partir do teste *Shapiro-Wilk*.

Pela análise constatou-se que não havia distribuição normal dos dados. Dessa forma, a utilização do teste Prova *U de Mann Witney* foi necessário para comprovar as diferenças entre as duas amostras independentes e verificação da média e mediana dos dois grupos, bem como foi aplicado o teste de correlação de *Spearman* para verificar a correlação existente entre o IDHM com a nota do Ideb das escolas.

Os resultados evidenciaram que a média do IDEB das escolas investigadas era de 3,80 (desvio padrão=1,27). Entretanto, ao comparar as notas do IDEB das escolas considerando a administração da unidade educativa, constatou-se que a média das notas das escolas de administração privada (média=5,32; desvio padrão=0,81) foi maior que as escolas de administração pública (média=3,09; desvio padrão=0,68) ($p < 0,001$).

Ao correlacionar a nota do IDEB das escolas com o computo geral ($r=0,411$; $p=0,004$) e o indicador educação ($r=0,409$; $p=0,004$) do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios constatou-se moderadas correlações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese inicial era de que os municípios da região Centro Sul que apresentavam IDHM maiores, teriam, provavelmente, melhores índices no Ideb, entretanto, não se evidenciou tal fato. Os resultados demonstraram que a média do Ideb das escolas investigadas era de 3,80 (desvio padrão=1,27). Entretanto, ao comparar as notas do Ideb das escolas considerando a administração da unidade educativa, constatou-se que a média das notas das escolas de administração privada (média=5,32; desvio padrão=0,81) foi maior que as escolas de administração pública

(média=3,09; desvio padrão=0,68) ($p < 0,001$). Ao correlacionar a nota do Ideb das escolas com o computo geral ($r=0,411$; $p=0,004$) e o indicador educação ($r=0,409$; $p=0,004$) do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios constatou-se moderadas correlações. A partir disso, é possível sugerir que as condições socioeconômicas do município podem influenciar o desempenho educacional. No entanto, não se pode afirmar que um IDHM mais alto garante um melhor desempenho no Ideb.

Além disso, com relação às baixas notas das escolas públicas, os resultados sugerem que é necessário investigar a fundo os fatores que contribuem para isso, como a falta de recursos, a má gestão, a falta de investimento em formação de professores e outras condições adversas que afetam a qualidade da educação. É importante que sejam implementadas políticas públicas eficazes para melhorar a qualidade da educação pública e garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. Dessa forma, é possível concluir que nem sempre um índice de IDHM elevado é garantia de um indicador educacional com resultado proporcional. Segundo Mészáros (2008):

[...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (Mészáros, 2008, p. 25).

Dessa forma, para análise dos resultados educacionais que se mostram deficitários em relação à média de referência nacional, outros estudos aprofundados deveriam reconsiderar o sistema avaliativo, uma vez que os índices dependem de outras variáveis socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

BOTLER, A. et al. Qualidade na educação municipal: um estudo comparativo entre o IDEB e o IDHM–Educação no nordeste brasileiro. **Revista de Administração Educacional**, v. 1, n. 1, p. 1-13, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/viewFile/2309/1859>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Decreto no 6.064, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Portal IDEB**, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 15 out. 2022.

CHIRINÉA, Andréia Melanda. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015

DAWALIBI, N. W., Goulart, R. M. M., Aquino, R. C., Witter, C., Buriti, M. A., & Prearo, L. C. (2014). Índice de desenvolvimento humano e qualidade de vida de idosos frequentadores de universidades abertas para a terceira idade. **Psicologia & Sociedade**, 26(2), 496-505.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado, Florianópolis: Insular, 2002.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios. **Cedes**. Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FLACH, S. F. Contribuições para o debate sobre a qualidade social da educação na realidade brasileira. **Contexto & Educação**. Unijuí, ano 27, n.87, p.4-25, jan/jun. 2012.

FRIGOTTO, G. Os Circuitos Da História e o Balanço da Educação no Brasil na primeira década do século XXI. In: Conferência de Abertura da XXXIII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED). Caxambu, MG, 17 de outubro de 2011.

FRANÇA, S. de O.; ALVES, K. K.; DUARTE, A. L. C. A utilização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) pelos gestores escolares: Desafios da qualidade da educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 2706–2722, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i4.16972. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16972>. Acesso em: 1 ago. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2010. Brasília: MEC, 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010.

JANNUZZI, P.; BARRETO, R.; SOUSA, M. Monitoramento e Avaliação do Desenvolvimento Humano: a insensibilidade do Índice de Desenvolvimento Humano às políticas de desenvolvimento social. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, Brasília, DF, n. 5, p. 60-79, 2014.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 1, n. 2, 2007, p.112-133.

LA TROBE. (2020). *Statistics*. LibGuides at La Trobe University.

LEMANN, Fundação. Qualidade da educação está associada com maiores taxas de crescimento econômico dos países – Notícia. 01 mar 2023. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/noticias/qualidade-da-educacao-esta-associada-com-maiores-taxas-de-crescimento-economico-dos-paises>>.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PASINI, J. F. S. As Influências dos Organismos Internacionais nas Políticas Desenvolvidas no Sistema Educacional Brasileiro e no Estado do Paraná. In.:*Revista Educere Et Educare*, vol.15, N. 35, abr./jun.2020, a. Doi:10.17648/educare.v15i35.24358.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. (2012). *Desenvolvimento Humano e IDH*. Acesso em 13 de outubro de 2022, em <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>.

RAHMAN, A.; MUKTADIR, MD. GOLAM. SPSS: An Imperative Quantitative Data Analysis Tool for Social Science Research. *International Journal of Research and Innovation in Social Science*, v. 05, n. 10, p. 300–302, 2021.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. *Revista de Educação PUC Campinas*, Campinas, n.24, jun, 2008, p.7-16.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]* 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013. e-PUB.

SILVA, M. A. *Qualidade Social da Educação Pública: algumas aproximações*. *Cedes*. Campinas vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SOARES, J. F. Ideb na lei? Simon's Site, 13 jul. 2011. Disponível em: <<https://is.gd/YNui09>>. Acesso em: 07 de out. 2022.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. *Métodos de pesquisa em Educação Física*. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

UPTON, G., & Cook, I. (2014). *A dictionary of statistics* (3rd ed.). Oxford University Press.

UNESCO. *Proyecto Regional de Indicadores Educativos. Alcanzando las metas educativas: Informe Regional*. Santiago de Chile, 2003.

_____. Panorama educativo de las Americas: Informe Regional. Santiago de Chile, 2002a.

UNESCO. Formação de recursos humanos para a gestão educativa. Brasília, 2000. (Cadernos da Unesco Brasil. Série Educação, v. 4).

UNESCO. Balance de los 20 años del Proyecto Principal de Educación en América Latina y el Caribe. Oficina Regional de Educación de la Unesco para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: Unesco, 2001.

UNESCO. Cumbre de las Américas. Alcanzando las metas educativas: Informe Regional. Proyecto Regional de Indicadores Educativos, Santiago de Chile, agosto de 2003. Disponible em: <<http://www.prie.cl>>. Acesso em: 10 maio 2005.

_____. Panorama educativo de las Americas. Informe Regional. Proyecto Regional de Indicadores Educativos. Santiago, Chile, enero 2002. Disponible em: <<http://www.prie.cl>>. Acesso em: 10 maio 2005. 64

UNESCO. OECD. Literacy skills for the World of tomorrow – further results from Pisa 2000. 2003.